SEG _ Rachel Maia (quinzenal) _Ricardo Henriques (quinzenal)_ TER _ Míriam Leitão _ QUA _ Zeina Latif _ QUI _ Míriam Leitão _ SEX _ Fabio Giambiagi (quinzenal)_Rogério Furquim Werneck (quinzenal) _ SÁB _ Carlos Góes (mensal) _ Alvaro Gribel (quinzenal) _ DOM _ Míriam Leitão

ZEINA LATIF

oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br

A ajuda de fora é bem-vinda, mas insuficiente

O comércio mundial mostra-se resiliente, apesar das turbulências globais e do protecionismo. A guerra comercial entre Estados Unidos e China levou ao aumento da participação de outros países que preencheram as lacunas deixadas — foi o caso do maior embarque da soja brasileira para a China, substituindo o produto norte-americano.

Além disso, a China segue aumentando seu peso nas trocas mundiais. Suas importações e exportações exibem melhor desempenho do que o total no mundo, o que reflete o crescimento do consumo das famílias (7,2% em 2023) em ritmo superior ao do PIB (5,2%), que desacelera.

Em meio aos riscos externos, esse quadro ajuda a blindar o Brasil. O benefício vem também do lado da inflação. Se, de um lado, há sustentação aos preços de *commodities*, preservando a rentabilidade das exportações, de outro, afastam-se pressões inflacionárias globais.

O fluxo de mercadorias no mundo, com destaque para as *commodities*, faz com que os ciclos da inflação ao produtor (ou no atacado) sejam similares entre os países. Em outras palavras, o comportamento da inflação mundial influencia particularmente a inflação no atacado nos países. Adicionalmente, nota-se grande influência da China, por ser um importante formador de preços no mundo. A deflação no nível do produtor na China liderou o mesmo movimento observado nos países em geral, incluindo o Brasil.

Soma-se a isso a alta sincronizada dos juros pelos principais bancos centrais, com vistas a combater a inflação, cujo pico no nível do produtor ocorreu, *grosso modo*, entre 2021 e 2022.

Assim, reduziu-se o esforço individual de cada banco central para controlar a inflação. Isso vale também para o Brasil. Mas nem sempre foi assim. Nem sempre a inflação baixa lá fora nos beneficiou.

Tomando o período do regime de metas de inflação (desde 1999), a conexão (correlação) entre a inflação ao produtor no Brasil e no mundo (nos Estados Unidos e na China, para comparar com os países mais relevantes) foi fraca. Pior, muitas vezes houve grande descolamento, justamente nos períodos de alta forte do dólar, puxando a inflação aqui. Isso ocorreu de forma intensa na transição do governo FHC para o governo Lula, pelo temor dos mercados com sua eleição em 2002; no final do governo Dilma, marcado por erros de política econômica que ameaçaram a estabilidade inflacionária; e entre 2020 e 2021, com os equívocos do governo Bolsonaro na pandemia, ao cuidar pouco da saúde e inflar os gastos públicos muito além do padrão observado nos emergentes.

País vive maior estabilidade cambial, mas fôlego desse cenário dependerá de Haddad conseguir segurar a deterioração das contas públicas

O quadro agora é de maior convergência entre a inflação dentro e fora do país, fruto do zelo do Banco Central e de outros fatores que contribuem para a maior estabilidade cambial. Mas o fôlego dessa normalidade dependerá da expectativa de que o ministro Haddad será capaz de segurar a deterioração das contas públicas. Diante de tantas pressões para aumentar os gastos, nos três Poderes, e dos limites políticos para elevar a carga tributária, essa crença passa por testes frequentes.

A intenção do diretor do BC Gabriel Galípolo de tornar a política monetária mais previsível, sem gerar volatilidade (ele afirmou "*Let's make Central Bank of Brazil boring for the first time*"), dependerá da sustentação da expectativa de maior disciplina fiscal adiante. Não só para permitir uma taxa de câmbio bem-comportada, mas para garantir expectativas inflacionárias ancoradas.

Se o governo Lula passar no teste, será mais um passo para os juros baixos e para a redução da volatilidade da economia — muitos choques são causados pela própria gestão da política econômica, principalmente pelos excessos fiscais e creditícios do governo, que pesam na inflação e nos juros. Assim, Lula poderia avançar com seu compromisso de baratear o custo de vida, isso em um contexto de empobrecimento das classes médias desde a recessão de 2015-16. O sonho da nova classe média, que surgiu no governo Lula anterior, foi frustrado.

É necessário, porém, evitar os atalhos que mais atrapalham do que ajudam. A tentação de utilizar subsídios, geralmente ineficientes, ou a canetada, como se teme por conta da interferência na Petrobras, está dobrando a esquina.

Que se avance paulatinamente em agendas estruturantes para formar melhor a mão de obra, tornar a economia mais eficiente e reduzir a carga tributária adiante.

Conselheiro da Vale renuncia e fala em 'sucessão manipulada'

Texto afirma que processo 'sofre evidente e nefasta influência política'. Conselho diz que age em conformidade com estatuto

reprodução

Troca de comando. O atual CEO da mineradora seguirá no posto até o fim do ano e deve atuar como consultor em 2025

CAPITAL

RENNAN SETTI
E MARIANA BARBOSA
economia@oglobo.com.br
NO RIO E SÃO PAULO

O conselheiro José Luciano Duarte Penido, da Vale, renunciou ao cargo no colegiado da mineradora na segunda-feira, com uma carta em que diz que "o processo sucessório vem sendo conduzido de forma manipulada" — em referência à turbulenta negociação sobre o futuro CEO da Vale.

O texto com as denúncias de Penido foi enviado à Vale e circulou entre acionistas da companhia. Fontes ouvidas pela coluna Capital corroboram a autenticidade do documento.

"No conselho se formou uma maioria cimentada por interesses específicos de alguns acionistas lá representados, por alguns com agendas bastante pessoais e por outros com evidentes conflitos de interesse. O processo tem sido operado por frequentes, detalhados e tendenciosos vazamentos à imprensa, em claro descompromisso com a confidencialidade", criticou Penido no texto, completando:

"Não acredito mais na honestidade de propósitos de acionistas relevantes da empresa no objetivo de elevar a governança corporativa da Vale a padrão internacional de uma *corporation*" (*corporation* é a estrutura de capital pulverizado, sem controle definido, adotada pela Vale em 2020).

CEO FICA ATÉ O FIM DO ANO

Segundo disse um ex-conselheiro da Vale à coluna, Penido era o conselheiro de "perfil mais independente" na Vale, sem vinculação direta com qualquer acionista de referência. Ex-presidente da Samarco e da Votorantim Papel e Celulose, Penido chegou ao conselho da mineradora em 2019 e, em 2021, foi eleito presidente do colegiado.

Na última reunião do conselho, que decidiu na semana passada pela recondução do CEO Eduardo Bartolomeo ao comando da empresa até o fim do ano, Penido ficou um dos dois conselheiros que se opuseram à solução. O outro foi o ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung.

A decisão foi o desfecho provisório para uma batalha de bastidores que começou com a intenção do governo federal de indicar o ex-ministro Guido Mantega ao cargo de CEO e passou pela proliferação de dezenas de nomes ventilados como possíveis sucessores de Bartolomeo.

De acordo com a carta de Penido, embora o processo de sucessão na Vale respeite "decisões colegiadas", ele "vem sendo conduzido de forma manipulada, não atende ao melhor interesse da empresa e sofre evidente e nefasta influência política."

A Vale informou que recebeu manifestação do presidente do conselho sobre o tema: "O Conselho de Administração da Vale esclarece, no que tange ao processo de definição do presidente da companhia, que sua atuação está rigorosamente em conformidade com o Estatuto Social da Vale, o Regimento Interno do órgão e políticas corporativas." A nota acrescenta que o conselho seguirá desempenhando as ações previstas nos processos de governança da Vale e "executando sua missão de forma diligente."

Este texto foi originalmente publicado na coluna de negócios Capital, no site do GLOBO: **blogs.oglobo.globo.com/capital**

Volkswagen vai produzir ônibus elétrico no país a partir do 2º semestre

A Volkswagen Caminhões e Ônibus anunciou ontem que vai iniciar a produção de um ônibus elétrico no país no segundo semestre. O e-Volksbus está sendo produzido em sua fábrica em Resende, no Rio.

O veículo tem capacidade de 22 toneladas e uma autonomia de até 250 quilômetros, com sistema de carregamento voltado ao período noturno, para aumentar a produtividade, diz a montadora.

A empresa informou que o modelo será baseado no conhecimento acumulado em cinco anos de experiência com o primeiro caminhão elétrico feito 100% no Brasil, o e-Delivery, acrescentando que ambos têm tecnologias e componentes compartilhados. Os primeiros testes com o e-Volksbus começaram em maio do ano passado.

"Estamos dando mais um passo para a eletromobilidade no transporte urbano. Depois de acumularmos quilometragens suficientes em testes com o chassi elétrico da VWCO e também com o primeiro caminhão elétrico desenvolvido no país, daremos início à produção no segundo semestre de 2024. Esta será uma etapa importante para a adaptação do produto na linha de produção", afirmou em comunicado Rodrigo Chaves, vice-presidente de Engenharia da Volkswagen Caminhões e Ônibus.

O anúncio do início da produção foi feito durante o evento "RJ Eletromobilidade — nova matriz energética e o futuro do transporte rodoviário por ônibus do Rio de Janeiro", realizado ontem no Rio.

Um dos diferenciais do veículo, segundo a empresa, é a proteção contra inundação, adequando o produto às realidades de operação no Brasil. Além disso, vem com sistema de frenagem regenerativa que aumenta a autonomia da bateria e reduz o desgaste dos freios do veículo.

INDICADORES

IBOVESPA +1,22% no dia / +0,97% em fevereiro

DÓLAR

	COMPRA R$	VENDA R$
Comercial (Ptax)	4,9807	4,9813
Turismo esp. (BB)	N.D.	5,12
Turismo esp. (Bradesco)	N.D.	5,17
EURO		
Comercial (Ptax)	5,4369	5,4396
Turismo esp. (BB)	N.D.	5,61
Turismo esp. (Bradesco)	N.D.	5,65

OUTRAS MOEDAS

	VENDA R$
Libra esterlina	6,3589
Franco suíço	5,6637
Iene japonês	0,0336
Peso argentino	0,0058
Peso chileno	0,0052
Yuan chinês	0,6921

Outras moedas estrangeiras podem ser consultadas nos sites www.x-rates.com e www.oanda.com

ÍNDICES

IPCA BRUT (02/90=100)		MÊS	ANO	12 MESES
Fevereiro	6858,27	0,83%	1,25%	4,50%
Janeiro	6801,72	0,42%	0,42%	4,51%
IGP-M FGV (01/94=100)		**MÊS**	**ANO**	**12 MESES**
Fevereiro	1136,061	-0,52%	-0,49%	-3,76%
Janeiro	1124,879	0,07%	0,07%	3,32%
IGP-DI FGV (01/94=100)		**MÊS**	**ANO**	**12 MESES**
Fevereiro	1058,205	-0,41%	-0,67%	-4,04%
Janeiro	1052,571	-0,27%	-0,27%	-3,62%

POUPANÇA

ATÉ 03/05/12	
09/04	0,5551%
10/04	0,5809%
11/04	0,6067%
A PARTIR DE 04/05/12	
08/04	0,5197%
09/04	0,5553%
10/04	0,5609%
11/04	0,6067%

TR

05/03	0,0812%
06/03	0,0760%
07/03	0,0473%
08/03	0,0166%
09/03	0,0548%
10/03	0,0805%
11/03	0,1062%
SELIC	**11,25%**

UFIR/RJ

Março
R$ 4,3329

UFIR Joinville

Março
R$ 1,0641

UNIF

A Unif foi extinta em 1996. Cada Unif vale 25,08 Ufir (também extinta). Para calcular o valor a ser pago: multiplique o número de Unifs por 25,08 e depois pelo último valor da Ufir (R$ 1,0641). (1 Ufer) = 44,2655 Ufir/RJ)

IMPOSTO DE RENDA

Março de 2024

BASE DE CÁLCULO (R$)	ALÍQUOTA	A DEDUZIR*
Até 2.259,20	Isento	-
De 2.259,21 a 2.826,65	7,5%	R$ 169,44
De 2.826,66 a 3.751,05	15%	R$ 381,44
De 3.751,06 a 4.664,68	22,5%	R$ 662,77
Acima de 4.664,68	27,5%	R$ 896,00

Deduções: a) R$ 189,59 por dependente; b) para aposentados, pensionistas e trabalhadores para a reserva com 65 anos ou mais: R$ 1.903,98; c) contribuição mensal à Previdência; d) pensão alimentícia. *Alternativamente às deduções, poderá ser usado desconto mensal de R$ 564,80. Obs.: para calcular o imposto a pagar, aplique a alíquota e deduza a parcela correspondente à faixa. A cota única ou a 3ª parcela de IR 2024 vencem em 31 de maio.

INSS

Março de 2024

Trabalhador assalariado

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R$)	ALÍQUOTA (%)
Até 1.412,00	7,5
De 1.412,01 a 2.666,68	9
De 2.666,69 até 4.000,03	12
De 4.000,04 até 7.786,02	14

Percentuais incidentes de forma não cumulativa (artigo 22 do regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social)

Trabalhador autônomo

Para o contribuinte individual e facultativo, o valor da contribuição deverá seguir a alíquota de 20% do salário-base. Contribuição mensal mínima de R$ 282,40 (para o piso de R$ 1.412,00) e máxima de R$ 1.557,20 (para o teto de R$ 7.786,02)

SALÁRIO MÍNIMO

	FEDERAL	R.J.*
Março*	R$ 1.412,00	R$ 1.238,11

* Piso para o empregado doméstico, entre outros.

OUTROS ÍNDICES

BOLSA DE VALORES:
Cotações diárias de ações, evolução dos índices Ibovespa e IVBX-2: www.b3.com.br

CDB/CDI/TBF:
www.anbima.com.br
www.cetip.com.br

Taxa Básica Financeira (TBF):
www.bcb.gov.br. Clicar em "Estatísticas" e, posteriormente, em "Séries temporais"

FUNDOS DE INVESTIMENTO:
www.anbima.com.br. Clicar em "Fundos de investimento"

IGTRI: www.tesouro.gov.br. Clicar na barra "Serviços" e, posteriormente, em FAJ-TR. Selecionar o ano e o mês desejados

ÍNDICES DE PREÇOS:
FGV: www.fgv.br. IBGE: www.ibge.gov.br
Anbima: www.anbima.com.br